



ID: 122571704

16-04-2026

## ENTREVISTA

**José Galamba de Oliveira** o presidente da Associação Portuguesa de Seguros reconhece que o comboio de tempestades de Janeiro e Fevereiro deixou uma factura histórica de mais de mil milhões de euros. Aponta fragilidades de um País onde apenas uma em cada cinco casas tem cobertura sísmica

# “A tendência, perante as alterações climáticas, é que os prémios dos seguros subam”

Jacinto Silva Duro  
jacinto.duro@jornaldeleiria.pt

**Que balanço faz a Associação Portuguesa de Seguros do volume de indemnizações pagas face às perdas provocadas pela tempestade Kristin?**

A última actualização que temos é datada do início de Abril e estimamos que o volume total vai seguramente ultrapassar os mil milhões de euros, que é um recorde. Em Portugal nunca houve um volume de indemnizações tão alto, ao abrigo de contratos de seguro - porque as perdas económicas foram muito superiores a este valor. Destes, no início do mês de Abril, estavam já pagos cerca de 300 milhões, ou seja, 30% desse montante já tinha sido entregue aos tomadores de seguros, particulares e empresas. Este também foi um recorde em número de participações, que ultrapassaram as 180 mil, estando já resolvidas cerca de metade, mas há outra metade que ainda está em curso. Algumas participações são mais complexas, especialmente as relacionadas com empresas, porque a tipologia de danos é muito diversificada. Há danos de infra-estruturas, de coberturas, de edifícios... Há danos na maquinaria, danos nos *stocks* e tudo isto envolve peritagens mais complexas e, muitas vezes, temos de trazer especialistas, para se perceber se há perdas totais ou se as máquinas podem ser recuperadas. Já temos os montantes provisionados e, portanto, agora, queremos fazê-lo chegar rapidamente a quem de direito, para que as pessoas e as empresas recuperem a normalidade.

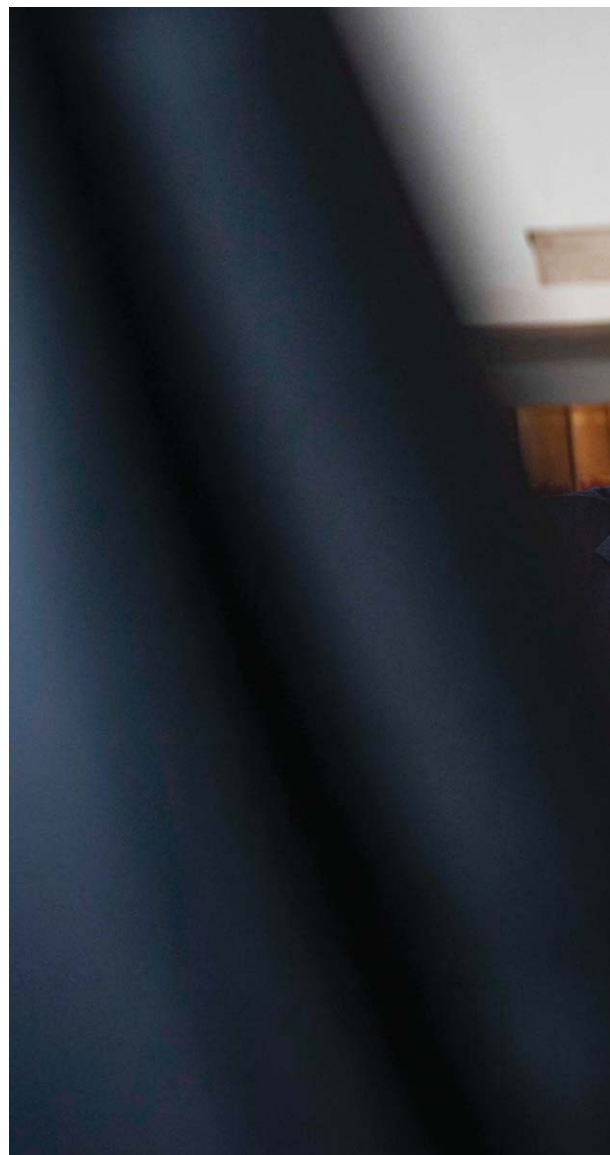
Apesar dessa vontade, as pessoas

### Perfil O engenheiro que lidera os seguros

Em Março de 2025, José Fernando Catarino Galamba de Oliveira foi reeleito pela quarta vez consecutiva presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), para um novo mandato de três anos. É licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Manchester, frequentou cursos de pós-graduação na Universidade Católica e no INSEAD, e tem mais de 30 anos de experiência em consultoria de gestão e tecnologia, com foco especial no ramo financeiro: banca, seguros e mercado de capitais. É professor em programas de pós-graduação e educação executiva em instituições de prestígio, como o ISEG Executive Education e o INDEG-ISCTE, focando-se em liderança estratégica e gestão financeira. É reconhecido pelo seu estilo de comunicação pragmático e pela defesa de um sector segurador mais transparente e próximo do cidadão. Além da presidência da APS, é administrador não-executivo do banco BIG (Banco de Investimento Global) e administrador não executivo da empresa Intersection Ventures Limited, no Reino Unido.

queixam-se de lentidão nos processos.

Há várias razões que estão a atrasar a resolução dos sinistros. Em primeiro lugar, são mais de 180 mil participações e, só para termos uma ideia, nos últimos 20 anos, o evento que mais sinistros provocou em Portugal originou 45 mil participações. Foi em 2010, na zona Oeste. Numa situação de normalidade, tratamos cerca de 30 mil sinistros por mês. Se temos um pico com 180 mil, obviamente a capacidade não está instalada e é preciso pôr de pé uma máquina bastante oleada. As seguradoras deslocaram peritos, gestores de sinistros e gestores comerciais de outros pontos do País para as zonas mais afectadas, como Leiria, Marinha Grande e Pombal, para agilizar a resolução de sinistros. Quando digo que 50% das participações já foram resolvidas, muitas foram de montantes pequenos. Ainda assim, há milhares que estão pendentes e a grande dificuldade, agora, é conseguir orçamentos. As empresas estão a fazer quatro e cinco vezes mais orçamentos mensais, cuja execução está a ser dificultada pelo expectável custo da inflação. Elas estão a assumir o compromisso de que executam uma recuperação com um determinado montante e estão com algum receio, ou, pelo menos, querem ter a segurança que aquele dinheiro chega para cobrir os custos. São situações que têm impacto na resolução dos sinistros. E há ainda outra, que é a documentação necessária. Oitenta e cinco por cento dos sinistros está relacionado com habitações e só 15% é que são empresas. O grosso das participações foi, de facto, habitações e quando uma seguradora efectua um pagamento, uma das coisas que tem de certificar é que está a pagar à pessoa certa, pe-



dindo uma certidão da conservatória. Muitas vezes, os imóveis foram dados como garantias em créditos e tem-se de informar o banco de que essas situações estão a ocorrer. Há aqui um conjunto de procedimentos que gostaríamos que fossem mais rápidos, mas que colocam entropia em todo o processo. Neste momento, surpreendentemente, ainda estão a entrar participações, e já lá vão mais de dois meses. Na semana passada, ainda havia uma média de 500 participações por dia. Pode ser pelos atrasos nos orçamentos e ainda porque há casas que são de emigrantes, que chegaram para a Páscoa e perceberam que, afinal, tinham o telhado estragado.

Que mensagem deixaria às famílias

e empresários da região Centro que, depois desta tempestade, estão a repensar a sua cobertura de seguros? Em primeiro lugar, para as empresas que até têm um seguro, mas ou o capital do seguro é insuficiente para fazer a recuperação, pois foi feito há muito e não foi actualizado, ou porque se instalou uma máquina nova e nunca se informou o seguro que agora o equipamento é outro e custou mais. Quando fazem a participação, os capitais segurados não chegam para fazer a recuperação, pelo que é importante que, todos os anos ou a cada dois anos, se analise apólice com o mediador, para perceber se os capitais e as coberturas são adequadas. Depois, há um segundo problema. As empresas até seguram o património, edifícios



RICARDO GRACA

”

**Só uma em cada cinco casas tem cobertura contra sismos**

**Na semana passada, ainda havia uma média de 500 participações por dia**

e as máquinas, mas falta a terceira componente: é preciso segurar a cobertura de lucros cessantes, pelo facto de se estar inactivo. Há sempre despesas correntes que é preciso garantir. Em Portugal, essa cobertura praticamente não é contratada e nestes momentos, quando se pára durante um ou dois meses a resolver situações, continua-se a pagar a água e a luz e os impostos e é preciso tesouraria. Isto tem a ver com literacia de risco e com a necessidade de os gestores perceberem que, em situações de catástrofe, se vão estar parados durante dois meses, pelo menos, temos de garantir alguma capacidade de continuar a funcionar com uma tesouraria mínima.

**Portugal tem uma das taxas de**

**subseguro sísmico mais elevadas da Europa. Porque é que, com o exemplo do terramoto de 1755, este risco continua tão negligenciado por proprietários e empresas?**

Em Portugal, só uma em cada cinco casas tem cobertura contra sismos e, tipicamente, estão situadas à volta de Lisboa ou no Algarve, onde há uma maior sensibilidade para esse risco. Mas a verdade é que todo o País tem uma situação de risco sísmico, obviamente em graus diferentes, mas era importante criar uma cultura de cobrir esse risco. Hoje, o grosso da poupança das famílias está investido na habitação própria e deveria ser a preocupação proteger esse património. Sabemos que as pessoas não têm grandes investimentos imobiliários, em acções ou obrigações, e a verdade

é que a maioria da poupança do País está nas paredes de quem comprou casa e paga crédito. Muitos bancos, ainda hoje, não exigem essa cobertura. Os proprietários têm seguro, porque é obrigatório ter um seguro multi-riscos no crédito à habitação, mas a cobertura sísmica não existe. Não é frequente, como o risco de grandes inundações e tempestades, mas um sismo pode ter uma severidade realmente catastrófica.

**Deveria ser obrigatório?**

O seguro anti-sísmico deveria ser obrigatório. A nossa associação tem feito estudos sobre este tema e temos defendido a criação de um sistema de protecção de riscos catastróficos em Portugal, onde o primeiro pilar deveria ser o risco sísmico com

cobertura obrigatória. Para um capital médio de 150 mil euros, para reconstrução de uma habitação, o prémio seria entre 25 a 70 euros por ano, dependendo do tipo de construção ou se é uma casa mais antiga ou mais recente, já com uma estrutura de acordo com algumas normas anti-sísmicas ou da zona do País. Se ficarmos a meio, nos 50 euros/ano, estamos a falar de quatro euros por mês e não deveria ser uma grande dificuldade as pessoas contratarem e protegerem o seu património. Por isso, essa cobertura deveria ser obrigatória, com a constituição de um fundo onde os montantes relacionados com a cobertura seriam geridos por um sistema de protecção de risco de catástrofes. Com estes valores, o que se faz é comprar um

seguro internacional, porque é muito importante estarmos segurados à escala internacional, para o custo não ficar todo em Portugal. Isso, viu-se no comboio de tempestades. Quando falamos de mil milhões de euros, uma boa parte está ressegurado lá fora. Uma parte das responsabilidades são transferidas para os seguradores internacionais e mais de 50%, serão suportados à escala global. Uma das coisas que o Governo anunciou no pacote do PTRR, é a criação de um sistema de protecção de riscos catastróficos. Não é razoável ficarmos à espera que o Governo venha por trás e esteja sempre ali para nos ajudar. Temos de todos nos auto-responsabilizar e proteger o que é nosso através de contratos de seguro.

**A intensificação de fenómenos meteorológicos extremos está a obrigar as seguradoras a rever modelos de risco e tabelas de prémios? Os portugueses vão pagar mais pela cobertura de catástrofe natural?**

Nos últimos 20 anos, estes eventos foram acontecendo, mas nunca tínhamos tido um com mil milhões de euros de indemnizações. Tivemos 30 milhões com a Cláudia ou o Martinho com 60 milhões, o Leslie com 100, os incêndios no continente com 220 milhões em Outubro de 2017, montantes que, enquanto sector, acomodámos, porque os nossos modelos de análise de risco prevêem, que, de vez em quando, haja eventos severos e que os temos de alojar no pricing do risco que subscrevemos. Mas uma situação como a de Janeiro e Fevereiro é excepcional e diria que não é expectável que, para o ano, haja um evento igual. A probabilidade é muito, muito baixa, pelo menos, é o que dizem os climatologistas. Mas há uma realidade que é indesejável e que é estarmos a viver um tempo de alterações climáticas, sendo expectável que, no médio e longo prazos, tenhamos eventos destes com mais frequência. Há dias, li que, no último século, em Portugal não há registo de uma situação que tivesse um dano tão grande. Pode acontecer que passemos outros 20 ou 30 anos sem nada igual. Mas, se as alterações climáticas, de facto, acelerarem estes eventos, isso vai reflectir-se nos prémios dos seguros. Em resumo, não estamos à espera de um grande evento com impacto na zona Centro ou no resto de Portugal, no entanto, a tendência gradual, perante as alterações climáticas, é que os prémios dos seguros subam para acomodar esse risco se ele se tornar mais frequente. Uma das zonas onde isto já é evidente é os Estados Unidos, onde os seguros claramente subiram - a Flórida, por exemplo, por causa dos furacões e dos incêndios - e, inclusive, há hoje áreas na Califórnia onde as seguradoras já não seguram, pelo que, em alternativa, estão a criar-se parcerias com apoio público.